

CONFORME O DISPOSTO NA FICHA DE INSCRIÇÃO, EXPLÍCITE:

- a) Área de inscrição: Ensino de Ciências: Biológicas, Exatas, Sociais, Humanas.
- b) Modalidade de pesquisa: Bibliográfica
- c) Trabalho a ser apresentado de acordo com:
 - Área (escreva a área): Ensino de Ciências: Biológicas, Exatas, Sociais, Humanas.
 - Tema/modalidade de pesquisa (escreva qual): Bibliográfica

DISCUSSÕES SOBRE OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA LEI DO NOVO ENSINO MÉDIO

Ana Raquel Harmel; Cynthia Borges de Moura.

Unioeste

ana.harmel@ifpr.edu.br; cynthia-moura@hotmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo descrever as pesquisas realizadas sobre a Lei n. 13.415/2017, divulgada como a Lei do novo Ensino Médio que instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, na qual realizou-se revisão de literatura, inserindo a palavra-chave “Lei 13.415/2017” nas bases de dados Google Acadêmico, Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A busca resultou em 20 pesquisas das quais apenas seis foram selecionadas para análise por atenderem ao critério de apresentarem uma discussão da Lei e não apenas uma citação da mesma. Após a análise dos textos, verificou-se que a preocupação dos autores consiste, majoritariamente, em elucubrar a respeito das proposições da Lei n. 13.415/2017 e seus impactos positivos ou negativos sobre o Ensino Médio, incluindo o ensino profissionalizante. Não há preocupação até o momento com a realização de pesquisas empíricas que deem suporte às suposições dos autores. Portanto as afirmações dos mesmos permanecem no campo das hipóteses.

Palavras-chave: Ensino. Ensino Médio. Ensino Profissionalizante.

Abstract

This paper aims to describe the research carried out on Law n. 13.415 / 2017, published as the Law of the new High School that instituted the Policy of Promotion to the Implementation of institutions of High School in Integral Time. This is a bibliographic research, which was carried out literature review by entering the keyword "Law 13.415 / 2017" in Google Scholar databases, Journal of Higher Education Personnel Improvement Coordination (CAPES) and Brazilian Digital Library of Thesis and Dissertations (BDTD). The search resulted in 20 surveys of which only six were selected for analysis because they meet the criterion of presenting a discussion of the Law and not just a citation of it. After the analysis of the texts, it was verified that the concern of the authors consists, mainly, in wonder regarding the propositions of Law n. 13.415 / 2017 and its positive or negative impacts on high school, including vocational education. There is no concern so far with conducting empirical research that supports the authors' assumptions. Therefore, the statements of the same remain in the field of hypotheses.

Keywords: Teaching. High school. Vocational Education.

1 Introdução

A fim de entender a influência das normatizações sobre a educação no Brasil, especificamente nas que interferem no Ensino Médio, é importante pesquisar as legislações que construíram a educação brasileira para identificar seus impactos para a população, que perduram na atualidade.

A educação é, para muitos estudiosos, capaz de transformar as pessoas, e consequentemente, essa mudança interfere no desenvolvimento dos países, pois inevitavelmente gera e modifica conhecimentos científicos e tecnológicos.

A partir do advento da Lei n. 9.394/96 que institui as Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que vinha sendo pensada e discutida desde a promulgação da Carta Magna de 1988, a preocupação em normatizar procedimentos para o Ensino Médio perdurou. Pode-se questionar se essa lei foi ou não adequada ao momento histórico, ou se suas proposições atendiam às expectativas da comunidade acadêmica, fato é que, diante de sua publicação e vigência, inúmeras transformações ocorreram no Ensino Médio, sejam práticas no sentido de inclusão ou outras vindo de encontro a essas ideias.

O Ensino Médio como último estágio da educação básica, torna-se também um momento em que decisões serão tomadas frente às exigências de um comprometimento com o próprio futuro do aluno e o dever de se tornar cidadão, portanto, contribuir com o crescimento da nação.

Para fortalecer o pensamento de inclusão na rede pública de ensino, propiciando educação de qualidade às classes menos favorecidas, e, consequentemente, colaborando com o desenvolvimento do país, com a inserção desses indivíduos no setor produtivo, nascem as escolas com o cunho de oferecer ensino profissionalizante.

A proposta para a rede federal de ensino profissionalizante está calcada em tornar o ensino tecnológico e profissional acessível a todos, principalmente às classes menos abastadas economicamente, tornando-as, dessa forma, produtivas e com uma boa qualificação profissional.

A LDB de 1996, a partir da Lei 11.741 de 2008, trata em capítulo específico sobre a educação profissional técnica de nível médio e as formas de sua oferta, reconhecendo essa modalidade como parte do Ensino Médio do país.

O escopo dessa pesquisa consiste em analisar artigos que discutiram, de algum modo a Lei n. 13.415/2017, a Lei do Novo Ensino Médio, dessa forma, abrangendo também a educação técnica, sejam essas discussões com um direcionamento para alguma disciplina, ou para levantar questões quanto a aplicabilidade dessa Lei.

2 Método

Para esta pesquisa foi realizada revisão de literatura sobre a Lei n. 13.415/2017. Para tanto inseriu-se como palavra-chave “Lei 13.415/2017” nas bases de dados do Google Acadêmico, Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A consulta às bases de dados supracitadas retornou 20 resultados, dos quais seis foram selecionados para revisão, por atenderem o critério de incluir análise das proposições trazidas pela Lei n. 13.415/2017, ou seja, discutir possíveis impactos da mesma no cenário do atual Ensino Médio e as formas de execução das propostas inseridas na referida Lei. Foram descartados estudos que apenas citavam a lei, não existindo um debate sobre a Lei n. 13.415/2017, ou seja, sem pormenorizar seu teor.

3 Síntese dos Artigos Revisados

O quadro retratado abaixo expõe um resumo dos seis artigos revisados, elencando o título do artigo, o autor, o ano de publicação, especificando os objetivos, o método e a discussão, presentes em cada um dos estudos selecionados para análise.

Quadro 1. Síntese dos principais aspectos abordados nos artigos revisados.

Título/ Autor/ Ano	Objetivo	Método	Discussão
Reflexões Acerca das Mudanças no	Analisar as reformas políticas na Educação	Pesquisa qualitativa. Análise das Leis de	Através da análise das LDBs de 1961, 1971, 1996 e a Lei n.

Ensino de Ciências e os Impactos das Reformas Curriculares. Caixeta; Gomes; Lima (2017)	Brasileira, assim como as influências e propósitos que foram destinados para o Ensino de Ciências, em particular ao ensino de Química.	Diretrizes e Bases da Educação voltadas para o Ensino Médio e a recente Lei nº 13415/17. Levantamento bibliográfico sobre o Ensino de Química no Brasil em cada período de vigência das LDB's.	13.415/2017, procuraram depreender a forma como foram concebidas, seus contextos históricos, assim como as influências e propósitos que foram destinados para o Ensino de Ciências, em particular ao ensino de Química.
A Minimização da Formação dos Jovens Brasileiros: Alterações do Ensino Médio a partir da Lei 13415/2017. Czernisz; Garcia (2017)	Discutir as alterações curriculares do Ensino Médio, e as perspectivas e os limites impostos pela Lei n. 13.415/2017 para os jovens do Ensino Médio.	Pesquisa bibliográfica com base em autores que, historicamente, têm acompanhado o Ensino Médio. Descrições das proposições de alterações do Ensino Médio previstas na nova Lei e, apresentação da estruturação curricular do Ensino Médio com a Base Nacional Curricular Comum – BNCC.	Analysaram as proposições constantes na Lei n. 13.415/2017 e suas contiguidades às orientações internacionais que tratam da formação para o trabalho dos jovens brasileiros.
Ensino Médio Integral: Desafios e Perspectivas. Czernisz; Pio (2017)	Discutir o Ensino Médio integral, questionando as adversidades e perspectivas para implementação desse nível de ensino, realizando uma análise das suas características e indicando os limites para sua execução.	Pesquisa bibliográfica baseada na análise das atuais características do ensino médio brasileiro, na visão de alguns autores, e discussão sobre a obrigatoriedade da educação básica. Análise documental do no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024; do Programa Ensino Médio Inovador – Pro-EMI; e, da Lei 13.415/2017.	Apresentaram a discussão do Ensino Médio integral, questionando as adversidades e perspectivas para implementação desse nível de ensino, realizando uma análise das suas características e indicando os limites para sua execução.
A Contrarreforma do Ensino Médio no Contexto da Nova Ordem e Progresso. Ferreira (2017)	Discutir a contrarreforma do Ensino Médio proposta pelo atual governo com a advento da Lei n. 13.415/2017	Não relata o método empregado.	Apresentou discussão da contrarreforma do Ensino Médio proposta pelo atual governo com a advento da Lei n. 13.415/2017.
Educação Física e o Mundo do Trabalho: um Diálogo com a atual Reforma do Ensino Médio. Ramos; Souza (2017)	Realizar uma análise sobre o lugar da Educação Física frente Lei do novo Ensino Médio, Lei n. 13.415/2017	Pesquisa bibliográfica e documental. O levantamento bibliográfico englobou autores que abordavam a relação entre a Educação Física e o Mundo do Trabalho. Entre os documentos analisados, estão a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017;	Apresentam três questões problemáticas no processo de elaboração e apresentação da Lei n.13.415/2017: a quebra de um dos princípios da Constituição Federal, artigo 206, inciso VII, que afirma a gestão democrática do ensino público; a reforma do Ensino Médio estar vinculada à Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que reformula o

		A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; A Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971.	currículo das escolas brasileiras de educação básica, documento ainda não formulado; a Reforma do Ensino Médio que oferece a opção da formação profissionalizante ou formação geral, excluindo a educação comum aos indivíduos, o que é preceituada na LDB de 1996.
A Formação Humana Integral e o Ensino Médio (integrado) no Contexto das Reformas Educacionais (2016-2017): uma Parada do Velho Novo? Silva (2017)	Investigar a integração do ensino médio e educação profissional, partindo da análise da Lei n. 13.415/2017, para apreender se esta impede ou é contrária a formação do homem <i>omnilateral</i> , disposição esta prevista pelo Ensino Médio integrado à Educação Profissional	Abordagem qualitativa. Levantamento histórico de leis, em especial aquelas que abordaram as reformas educacionais e que influenciaram na estruturação do ensino médio no país. Revisão de teóricos e filósofos que deram origem a proposta do ensino médio integrado, particularmente Antonio Gramsci, seu principal expoente.	O autor procurou retratar a atuação das políticas públicas recentes, no sentido de verificar se estas contemplam a integração ou o afastamento do Ensino Médio da educação profissionalizante.

A pesquisa das autoras Caixeta, Gomes e Lima (2017) apresentou um enfoque voltado a analisar as reformas políticas na Educação Brasileira, portanto abrangendo as LDB de 1961, 1971, 1996 e a Lei n. 13.415/2017, visando depreender a forma como foram concebidas, seus contextos históricos, assim como as influências e propósitos que foram destinados para o Ensino de Ciências, em particular ao ensino de Química. As autoras optaram por realizar uma pesquisa documental e posterior revisão bibliográfica sobre a história do Ensino de Química no Brasil em cada período de vigência das LDB's. Esta revisão abarcou as LDB de 1961, 1971, 1996 e a Lei n. 13.415/2017, descrevendo o ensino de Química frente às LDB, apresentando algumas propostas contidas na Lei do novo Ensino Médio, detalhando o ensino integral e as escolhas pelos itinerários formativos. As conclusões desse estudo indicaram que o Ensino Superior também precisa de readequação no sentido de preparar os docentes para o modelo de ensino e aprendizagem proposto pelas leis atuais que norteiam o Ensino Médio. Acrescentaram ainda que não basta uma formação concentrada em preparar para a carreira docente, deve haver a formação crítica, tornando os professores aptos a distinguir as mudanças que ocorrem e ocorrerão, e, diante disso, poder contribuir para uma educação de qualidade.

O artigo de autoria de Czernisz e Garcia (2017) tinha como objetivo discutir as alterações curriculares do Ensino Médio, e as perspectivas e os limites impostos pela Lei n. 13.415/2017 para os jovens do Ensino Médio. As autoras analisaram as proposições constantes na referida Lei e suas contiguidades às orientações internacionais que tratam da formação para o trabalho dos jovens brasileiros. O problema de pesquisa expresso pelas autoras visava responder quais orientações norteiam a reforma do Ensino Médio proposta pela Lei n. 13.415/2017 e quais os limites e as perspectivas com a implementação dessa proposta reformista. A metodologia utilizada para esta pesquisa foi a revisão bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi efetuada com base em discussões de pesquisadores que, historicamente, têm acompanhado o Ensino Médio. No que diz respeito aos dados documentais, os autores explicam que as normatizações espelham os interesses em determinado período com o escopo de construir um projeto de sociedade e educação. Dessa forma, num primeiro momento descreveram as proposições de alterações do Ensino Médio previstas na nova Lei, passando a denotar a similaridade das alterações contidas nessa Lei com as orientações de organismos internacionais, trazendo considerações sobre o significado da estruturação curricular do Ensino Médio com a Base Nacional Curricular Comum – BNCC, para finalizar salientando os limites da atual Lei para a juventude brasileira. As conclusões dos autores, diante dos objetivos citados, foram no sentido de que a Lei n.13.415/2017 retrocede o Ensino Médio ao caráter tecnicista, concluindo ainda tratar-se de uma contrarreforma que tem como escopo a perpetuação do poder da classe dominante sobre as decisões concernentes à escola, conhecimento e os rumos da sociedade.

O estudo de Czernisz e Pio (2017), apresentou como objetivos a discussão do Ensino Médio integral, questionando as adversidades e prospectivas para implementação desse nível de ensino, realizando uma análise das suas características e indicando os limites para sua execução. Para esta pesquisa utilizou-se de revisão bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi fundamentada na análise das atuais características do ensino médio brasileiro, na visão de alguns autores, e a discussão sobre a obrigatoriedade da educação básica. O estudo documental apresentou sequencialmente, a obrigatoriedade da educação básica assim como a premência da universalização do atendimento escolar previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e o reforço desta legislação à educação integral. Fizeram referência ao Programa Ensino Médio Inovador – Pro-EMI – que traz a proposta de diversificar o currículo e estender o tempo de permanência do aluno na escola. Apontaram as alterações prováveis com a Lei n.

13.415/2017, encerrando com o apontamento de limites e possibilidades para o ensino médio integral frente a essa nova Lei. Os resultados descritos fazem referência a necessidade de reflexões que tornem possível a estruturação e desenvolvimento de uma proposta pedagógica para o Ensino Médio que se distancie de uma compreensão superficial sobre o pretendido com as alterações propostas pela Lei discutida. As autoras ressaltam ainda que, a universalização do atendimento escolar relaciona-se ao direito à educação para os jovens, que inseridos no contexto de condições econômicas mínimas, distanciam-se da oportunidade de continuar estudando.

A pesquisa da autora Ferreira (2017) trouxe como objetivo a discussão da contrarreforma do Ensino Médio proposta pelo atual governo com a advento da Lei n. 13.415/2017. Não há a descrição do método utilizado para este artigo. A autora iniciou o estudo, apontando a visão de alguns autores sobre a necessidade de fazer reformas que compactuam com universalização dessa etapa da educação básica, incorporando aqueles que estão fora das escolas e oferecendo condições físicas, materiais e de trabalho, tornando o ambiente escolar mais interessante para a juventude. Procurou recuperar os esforços políticos e normativos realizados desde 2003 até 2015, no governo do Partido Trabalhista PT, em documentos emitidos pelo Ministério da Educação MEC, assim como o Decreto nº 5.154/2004, a Lei n. 11.741/2008, a Lei n.12.061/2009, a Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009, Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio (DCNEM) de 2012. Os principais resultados apresentados foram no sentido de que as políticas para o Ensino Médio, aprimoradas no governo do Partido Trabalhista, caminharam na direção de ações públicas democráticas com o intuito de construir políticas capazes de confrontar os embates existentes nesse período da Educação Básica. Reitera o caráter dessas políticas à oportunização de apoio financeiro e técnico, ofertados pelo Ministério da Educação (MEC), induzindo os estados a adotarem os programas disponibilizados. Finaliza alertando que, em relação a contrarreforma, esta não trará melhorias para a qualidade do Ensino Médio, pois carece de ações que viabilizem a possibilidade de emancipação política e cultural dos jovens.

O estudo realizado por Ramos e Souza (2017), apresentou o escopo de realizar uma análise sobre o lugar da Educação Física frente Lei do novo Ensino Médio, Lei n. 13.415/2017. A pesquisa pautou-se em um levantamento bibliográfico e documental. O levantamento bibliográfico englobou autores que abordavam a relação entre a Educação Física e o Mundo do Trabalho. Entre os documentos analisados, estão a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017,

que institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral; A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; A Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixam diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências. Apresentaram como conclusão central, diante do objetivo apresentado, que a Educação Física permanece em segundo plano quando comparada às demais disciplinas, pois na Lei pesquisada, é apresentada como “estudos e práticas”, não sendo descrita como uma disciplina. Os autores corroboram a subordinação da Educação Física ao mercado de trabalho, e, conseqüentemente, essa subjugação impede o reconhecimento de sua autonomia pedagógica.

O próximo texto trata-se de uma dissertação de Mestrado, de autoria de Silva (2017) e trouxe como objetivo investigar a integração do ensino médio e educação profissional, partindo da análise da Lei n. 13.415/2017, para apreender se esta impede ou é contrária a formação do homem *omnilateral*, disposição esta prevista pelo Ensino Médio integrado à Educação Profissional. A pesquisa utilizou a abordagem qualitativa, delimitando a análise documental como procedimento técnico-metodológico. Para tanto o autor realizou um levantamento histórico considerando as leis, em especial aquelas que abordaram as reformas educacionais e que influenciaram na estruturação do ensino médio no país, e as pertinentes a educação. Desenhou a trajetória das leis que embasaram o ensino profissionalizante ao longo do século XX, especificamente a partir de 1930. Tratou dos teóricos e filósofos que deram origem a proposta do ensino médio integrado, falando particularmente dos principais conceitos desenvolvidos pelo seu principal expoente, Antonio Gramsci, que repropõe a conexão das concepções *marxiana e leniniana* de Ensino-Trabalho. Por fim concentrou-se nas ações governamentais alusivas ao sistema educacional e executadas após o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, analisando a Medida Provisória de n. 746 (transformada na Lei 13.415/17) e a Proposta de Emenda à Constituição de n. 55 (a PEC55 transformada na Emenda Constitucional de n. 95/16) e suas conseqüências para o ensino médio integrado a formação profissional, no que concerne ao princípio de uma formação unilateral. O autor procurou retratar a atuação das políticas públicas recentes, no sentido de verificar se estas, contemplam a integração, ou, o afastamento do Ensino Médio da educação profissionalizante.

As conclusões da pesquisa de Silva (2017) relacionaram a falta de diálogo e a imposição da Lei supracitada, apontando a mitigação da obrigatoriedade de algumas disciplinas e o aumento da

carga horária do Ensino Médio. O autor pontuou o modelo tecnicista implícito nessa nova Lei, assim como criticou o modelo de escola em tempo integral, pois essa ampliação de carga horária não terá qualidade, sendo também necessário investimento para atender o proposto acima, o que não está ocorrendo.

É destacado pelo autor que a política da educação brasileira sempre se respaldou em reformas, para aprimorar ou retroceder o modelo do sistema educacional, principalmente quando o assunto é a integração do ensino geral ao profissional. Outra consideração indicada pelo autor é concernente às políticas de educação, que repercutem e subsidiam os projetos de sociedade, é que as atuações do atual governo, generalizadamente, procuram dirimir problemas que perduram ao longo da história, com atitudes que esperam resultados imediatistas, sendo que as situações pendentes já foram construídas de maneira segmentada e impostas à sociedade, o que parece se repetir com a Lei do novo Ensino Médio.

É salientado por Silva (2017) as semelhanças da Lei n. 13.415/2017 com outros três momentos cruciais da história brasileira, no sentido de efetivação de políticas educacionais, que foram: a ditadura Vargas; ditadura Militar de 1964; e as políticas neoliberais de 1990. O que essas conjunturas têm em comum é a exacerbação das discrepâncias educacionais e sociais, ou seja, tem se situações anteriores com as mesmas medidas previstas na Lei do novo Ensino Médio, que acentuaram as inconstâncias acima citadas, e que inequivocamente apresentarão os mesmos resultados.

Os seis artigos examinados foram publicados no ano de 2017, pelo fato de a Lei do Novo Ensino Médio, foco dessa revisão, ter sido também publicada em 16 de fevereiro de 2017. De maneira geral, em relação aos objetivos, os autores discutiram os impactos dessa nova normatização para o Ensino Médio e, procuraram, nas legislações passadas, principalmente nas LDBs, a partir de 1961, o embasamento para traçar um comparativo com a Lei n. 13.415/2017.

Em relação ao método utilizado para as seis pesquisas, os autores optaram pela pesquisa bibliográfica e documental, discorrendo sobre os estudos prévios de outros autores e sobre as próprias leis de diretrizes e bases da educação e suas alterações. Os resultados convergem no sentido de considerar a Lei n. 13.415/2017 como um retrocesso para o Ensino Médio, identificando uma tendência tecnicista para este ensino, assim como a mitigação da obrigatoriedade de algumas disciplinas. Não há nos estudos analisados, perspectivas positivas

sobre a Lei do Novo Ensino Médio, podendo-se questionar se não há um viés ideológico amparando tais críticas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Provavelmente em função de tratar-se de assunto recente, foram recuperados apenas seis textos discutindo a Lei n. 13.415/2017, cinco artigos científicos e uma dissertação de mestrado. Pela análise dos textos pôde-se verificar que os autores tiveram a preocupação em pesquisar as Leis responsáveis pela construção do Ensino Médio e Ensino Profissionalizante, traçar comparativos com a Lei 13.415/2017, e majoritariamente, as conclusões sobre as premissas constantes na referida Lei, não foram positivas.

Observou-se ainda que, a maioria dos estudos versa sobre as perspectivas da Lei quando aplicada às disciplinas de Química e Educação Física. Outro aspecto observado nos estudos foi a preocupação em analisar as perspectivas e limites da Lei em discussão, para os jovens no Ensino Médio. Houve também um estudo tratando da integração do ensino médio e educação profissional, verificando se a lei abarca a formação integral do homem, tornando-o capaz de sentir-se completo com a convivência em sociedade e com seu trabalho.

Diante da revisão realizada pode-se constatar que ainda não se produziu, até o momento, pesquisas empíricas que deem suporte às hipóteses dos autores quanto aos prejuízos e retrocessos para o Ensino Médio. Investigações futuras deveriam delinear pesquisas que acessem os resultados da implantação da lei para que subsidiem não apenas as críticas, mas alterações posteriores rumo a um ensino de qualidade.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Medida Provisória n. 746 de 22 de setembro de 2016. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm Acesso em: 10 de mai. de 2017.



V Seminário Internacional
de Pesquisa e Estudos Qualitativos
Foz do Iguaçu, 30 e 31 de Maio e 1 de Junho de 2018

Pesquisa Qualitativa na
Educação e nas Ciências em Debate

Do SIPEQ a sócio da SE&PQ:
torne-se um pesquisador em rede

- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Exposição de Motivos n 00084/2016/MEC. 2016a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Exm/Exm-MP-746-16.pdf Acesso em: 23 de out. de 2017.
- _____. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 10 de nov. de 2017.
- _____. Lei 11.741 de 16 de julho de 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11741.htm. Acesso em: 15 de set. de 2017.
- _____. Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 28 de out. de 2017.
- CAIXETA, Laís H; GOMES, Aline Silva; LIMA, Viviani A. **Reflexões Acerca das Mudanças no Ensino de Ciências e os Impactos das Reformas Curriculares**. In: IV Simpósio Mineiro de Educação Química – IV SMEQ, Uberlândia – MG, 31 de agosto a 02 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.smeq.com.br/Recursos/StdEvento-Resumos/Arquivos/p1bg78uu8k1ncbmok1orlnch15ha3.pdf>. Acesso em: 05 de jan. de 2018,
- CZERNISZ, Eliane Cleide Silva; GARCIA, Sandra Regina Oliveira. **A minimização da formação dos jovens brasileiros: alterações do ensino médio a partir da lei 13415/2017**. In: Revista Educação, Santa Maria, v. 42, n. 3, p. 569-584, set./dez. 2017. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/29481>. Acesso em: 10 de jan. de 2018.
- CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva, PIO, Camila Aparecida. **Ensino Médio Integral: Desafios e Perspectivas**. In: Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 9, n. 17, p. 60-71, maio/ago. 2017. Disponível em: revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/320. Acesso em: 03 de jan. de 2018.
- FERREIRA, Eliza Bartolozzi. **A Contrarreforma do Ensino Médio no Contexto da Nova Ordem e Progresso**. In: Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, p.293-308, abr.-jun.,



V Seminário Internacional
de Pesquisa e Estudos Qualitativos

Foz do Iguaçu, 30 e 31 de Maio e 1 de Junho de 2018

Pesquisa Qualitativa na
Educação e nas Ciências em Debate

Do SIPEQ a sócio da SE&PQ:
torne-se um pesquisador em rede

2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00293.pdf>. Acesso em: 11 de dez. de 2017.

RAMOS, Fabrício Krusche; SOUZA, Maristela da Silva. **Educação Física e o Mundo do Trabalho: um Diálogo com a Atual Reforma do Ensino Médio**. In: Motrivivência, Florianópolis/SC, v. 29, n. 52, p. 71-86, setembro/2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2017v29n52p71>. Acesso em: 02 de dez. de 2017.

SILVA, Guilherme Alves da. **A Formação Humana Integral e o Ensino Médio (Integrado) no Contexto das Reformas Educacionais (2016-2017): uma Parada do Velho Novo?** 13/12/2017. 105 páginas. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de Goiás Faculdade de Ciências Sociais. Goiânia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8055>. Acesso em: 10 de jan. de 2018.